

“Edneia Fernandes, de 31 anos, mãe de seis filhos, morreu após ser atingida por um tiro na cabeça durante uma ação da PM em Santos, em 27 de março. Poucos dias depois, foi a vez de um senhor com deficiência, cadeirante, ser agredido por policiais militares com pontapés em sua residência por um suposto desacato da parte de seu filho.

Na mesma semana, em 3 de abril, uma criança autista de cinco anos foi baleada após policiais militares, em perseguição a um carro suspeito, darem tiros a esmo. Na madrugada de 31 de março, policiais militares liberavam um jovem que provocou um acidente numa movimentada avenida paulistana.

Fernando Sastre Filho, de 24 anos, dirigia seu Porsche em alta velocidade quando atingiu o carro de Orinaldo Viana, de 52 anos, motorista de aplicativo. Ronaldo morreu, mas o homicida do Porsche foi para casa após intervenção da mãe junto aos PMs.

Este é o retrato da PM sobre a gestão de Tarcísio de Freitas: uma polícia que não hesita em dar tiros em bairros periféricos, mas que fala manso com quem tem dinheiro. Arrisca ainda a vida de seus policiais. Depois de 20 anos sem nenhuma baixa em serviço, dois policiais da Rota, tropa de elite da PM, foram assassinados em apenas seis meses: o soldado Reis e o soldado Cosmo.

O mais chocante é a guinada radical que o comando da PM deu em tão pouco tempo. No final de 2022, sob a gestão de Rodrigo Garcia, o Estado se notabilizava como uma das mais exitosas políticas de transparência e controle do uso da força do País. Em meados de 2020, o governo João Doria já investira numa série de ações e aquisições para profissionalizar a Polícia.

A compra de armamento menos letal, como tasers, a implementação do programa “Olho Vivo”, com câmeras corporais e a reativação da Comissão de Letalidade, com a participação da sociedade civil sinalizavam que governo e PM buscavam a modernização.

A PM de São Paulo atingiu resultados extraordinários, registrando os menores índices de policiais assassinados da História e a redução da letalidade policial. As câmeras dos policiais serviram para gerar provas para punir criminosos. São Paulo atingiu a meta de uma década em apenas dois anos.

Essas medidas só foram possíveis porque tiveram início uma década atrás, sob a liderança de oficiais da PM comprometidos com a profissionalização, dentre os quais destaco aqui o nome do coronel da reserva Robson Cabanas. O programa “Olho Vivo” foi resultado de anos de estudo de policiais altamente preparados.

Mas essa política está sendo destruída. Em junho, o contrato das câmeras corporais vencerá, mas o Estado não pretende renová-lo, apesar de o projeto ser aprovado por 88% da população da capital.”

Sr. Presidente, eu vou, para não abusar do tempo, pedir que seja transcrita na íntegra esse artigo da professora Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Será feita a forma regimental.

Com a palavra o deputado Capitão Telhada, pelo tempo suplementar.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Obrigado, presidente. Retornamos à tribuna. Engraçado a gente ver o deputado Eduardo Suplicy, do PT, elogiando ou pelo menos fazendo a leitura da matéria, sejam os justos. Fazendo a leitura da matéria quando tínhamos o melhor governo do mundo, o governo PSDB. Então, o PT elogiando o PSDB, elogiando a antiga gestão.

Elogia a antiga gestão da Polícia, sob o governo PSDB, quem não era Polícia, quem não trabalhava na Polícia, porque a gente estava nas fileiras da instituição, sabe muito bem que não tínhamos valorização real nenhuma.

Inclusive o reajuste salarial que foi feito em 2023 pelo governo Tarcísio recompôs uma injusta, uma injusta e ingrata realidade em que ficamos seis anos com zero reajuste no salário. Todos os policiais 0% por seis anos consecutivos, o que acabou com o poder de compra.

Então, era só viatura, cobertura e mal e mal armamento. Era isso que era feito no governo PSDB. E agora nós temos um governo que entende o lado policial e protege os seus policiais. A Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Técnico-Científica, a Polícia Penal, são gigantes, são gigantes.

Nós temos milhares e milhares de homens que brigam, que lutam, que se entregam, fazem de tudo para defender a sociedade todos os dias, na Polícia Ambiental, nas rodovias através do Aguiá, nos salvamentos no Corpo de Bombeiros, terrestres, aquáticos, na altura, no meio do mato, nas favelas, nas ruas, na área rural, a Tropa de Choque.

Nós temos homens e mulheres que se entregam todo dia. Eu vou passar um vídeo aqui de ontem, porque essa é a realidade com a qual os nossos policiais se deparam todos os dias, todo santo dia a gente se depara com isso. Muitas vezes prendemos, muitas vezes só apreendemos o material, arma, droga, muitas vezes salvamos vidas em um acidente de trânsito, em um incêndio, em um tiroteio, o refém salvo pelo Gate, pelo COL, e muitas vezes também tomamos tiros e morremos. Essa é a realidade policial. Não tem um dia igual ao outro.

Vou passar uma ocorrência simples que aconteceu ontem com a Rocam, do 2º Batalhão de Choque. Servi na Rocam, o pessoal me mandou essa bela apreensão ontem, só para elucidar qual é o nosso dia a dia. Por favor.

- É exibido vídeo.

Periferia da nossa Capital. Uma casa bomba, como vulgarmente é chamada. Olhe a quantidade de materiais, de insumos para o tráfico de drogas. É um sobrado grande.

Obrigado. Isso é o crime organizado. Quantos mil reais não tem atrás dessa casa bomba, onde tinha a preparação, a embalagem? Foi apreendida uma arma de fogo, foi apreendida uma pistola nessa ocorrência.

Ai eu pergunto, e é retórico, porque não tem como a gente responder: quantas vidas foram salvas por esses policiais militares ontem? Quando a gente tira uma arma de circulação com o trabalho do dia a dia, do patrulhamento, da abordagem, da perspicácia, do tirocínio de perceber uma situação e fazer, quantas vidas não são salvas diariamente?

É impossível a gente calcular. Impossível. Cada arma que a gente tira de circulação, cada quilo de droga que a gente apreende, quantas famílias nós não salvamos? Quanta desgraça o policial não evita, para sempre ser achincalhado, sempre ser menosprezado, sempre ser colocado como subcidadão pelo nosso governo federal, pelo nosso Brasil. Sempre. Nós temos que dar um basta nisso.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Carlos Gian-nazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, deputado Gilmaci Santos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, ontem nós tivemos a notícia, ontem à noite, estamos acompanhando já há um bom tempo, mas ontem à noite o Supremo Tribunal Federal recebeu de volta o pedido de vista das Adins que tratam da questão do confisco das aposentadores e pensões.

Há um julgamento naquele sistema online do Supremo Tribunal Federal de algumas Adins que tratam desse importante tema, inclusive questionando a ilegalidade de confisco de aposentadorias e pensões para quem já se aposentou, sobretudo para quem ganha abaixo do teto do INSS.

Inclusive há um parecer, já, da Procuradoria Geral da República, dizendo que não pode confiscar, que é ilegal, que é uma afronta à Constituição confiscar, cobrar aposentados e pensionistas, o que é um verdadeiro absurdo; me parece que é só no Brasil que existe esse mecanismo.

E nós já temos praticamente três votos. Três ministros já votaram, e votaram favoravelmente, na prática, ao fim do confisco das aposentadorias e pensões: o ministro Fachin, a ministra Rosa Weber e o ministro Toffoli, que é aqui de São Paulo. Esses três ministros já votaram a favor do fim do confisco. E tem o voto a favor do confisco, que é do próprio relator dessas Adins, que é o ministro Barroso.

No entanto, havia um pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes. Ele devolveu o pedido de vistas, ou seja, a votação volta a acontecer no sistema virtual. Eu já tive a oportunidade de estar no Supremo; na verdade, o nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar.

Nós conversamos com alguns ministros, com chefes de gabinetes de ministros, explicando a eles a real situação desse confisco e os prejuízos perversos, nefastos e cruéis do confisco para milhares e milhares de aposentados e pensionistas, não só do estado de São Paulo, mas de todo o Brasil.

Então, nós vamos continuar acompanhando essa votação, esse julgamento virtual, e fazendo sempre um apelo para que o Supremo entenda a gravidade da situação e essa injustiça. E que eles possam votar favoravelmente ao fim do confisco das aposentadorias e pensões.

Essa votação final, caso ocorra de uma forma positiva, mostrando a ilegalidade, vai com certeza nos ajudar aqui na luta em São Paulo para devolver, para que o Estado devolva o que foi confiscado durante os dois anos, na gestão do Doria.

E também para acabar com o confisco na capital: aqui em São Paulo, o prefeito Ricardo Nunes está confiscando 14% de aproximadamente 100 mil aposentados e pensionistas. Ele aprovou o SampaPrev 2 e impôs esse confisco.

E há uma luta forte na Câmara Municipal para derrubar esse confisco, inclusive com o PDL 92, do vereador Celso Gian-nazi. Nós estamos com uma luta imensa aqui na prefeitura. O deputado federal Boulos já se comprometeu, caso ele seja eleito, a derrubar o confisco das aposentadorias e pensões.

Então, é uma luta importante essa. E essa votação no Supremo é fundamental para que nós possamos corrigir essa gravíssima injustiça, que tem, repito, penalizado milhares e milhares de aposentados e pensionistas aqui em São Paulo.

Durante dois anos, 600 mil aposentados e pensionistas foram penalizados, foram roubados, assaltados, confiscados. E nós derrubamos o confisco, agora é importante que haja a devolução. E essa decisão do Supremo, caso seja favorável, e nós torcemos para que seja, porque nós já estamos numa dian-teira, com três votos a favor...

E espero que os ministros do Supremo tenham essa sensibilidade e entendam que quem se aposentou já pagou a sua Previdência; a pessoa não se aposenta duas vezes, porque não tem sentido uma pessoa que já se aposentou continuar pagando o seu sistema previdenciário.

Então, com isso, com essa decisão, nós vamos derrubar os confiscos ainda existentes em algumas prefeituras e em alguns estados. Mas, sobretudo aqui no estado de São Paulo, isso vai fortalecer a nossa luta pela devolução do que foi confiscado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem mais cinco minutos regimentais. Foi feita a inscrição aqui agora.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Muito obrigado, Sr. Presidente, deputado Gilmaci Santos. Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um registro muito importante: foi publicada uma matéria agora, no G1, que na verdade repercute, só confirma aquilo que nós estamos já denunciando há muito tempo na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Quero colocar a matéria aqui, só a capa dela, olha: “mesmo com 12 milhões de adultos sem diploma em São Paulo, EJA, que é a Educação de Jovens e Adultos da rede estadual, perdeu mais da metade das matrículas em cinco anos.”

É um levantamento do SP2, com dados do Censo Escolar, mostrando que a quantidade de escolas estaduais paulistas com turmas do EJA, para o ensino médio, caiu 30% em todo o Estado. Na capital, a redução foi de 38%, desde 2019. Isso é muito grave.

Eu tenho denunciado exaustivamente, há muito tempo, muitos anos, na tribuna e na Comissão de Educação, levando a denúncia para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para a nossa Comissão de Educação. Tanto em nível estadual como também aqui na Prefeitura de São Paulo.

Porque a situação é alarmante na cidade de São Paulo. Por que há essa redução de alunos matriculados em Educação de Jovens e Adultos? O principal motivo é que o Estado está fechando salas de EJA ou está dificultando a abertura de novas salas. Eu acompanho isso, já fiz várias audiências públicas com alunos, professores e comunidades escolares que estavam e estão mobilizados contra o fechamento desses cursos noturnos.

O aluno trabalhador, que trabalha durante o dia, e que não teve acesso ao ensino fundamental ou ao ensino médio, à Edu-cação básica, na idade própria, ele tem a garantia constitu-cional de ter uma vaga na escola pública. Seja na rede municipal, quando é ensino fundamental, seja na rede estadual, quando se trata do ensino médio, nessa modalidade de EJA, Educação de Jovens e Adultos. É simples assim.

No entanto, a Prefeitura de São Paulo tem promovido, já há um bom tempo, o fechamento de salas, ou a sabotagem das matrículas, dificultando ao máximo. E no estado de São Paulo também acontece o mesmo. Nós temos vários exemplos, vários casos já citados. Ou seja, há uma sabotagem, do governo esta-dual, para que não haja curso noturno.

Inclusive, no ano passado eu denunciei que tinha orienta-ção da Secretaria da Educação, para que não houvesse mais cursos de ensino médio noturno, mesmo o curso regular. Era uma orientação, mas, ao mesmo tempo, sempre houve essa sabotagem.

Eles exigem que uma sala só pode ser montada, implanta-da, com 40, 50, 60 alunos, fazendo exigências absurdas, dicen-do que tem que ser com 40, 50, 60, porque eles vão desistir.

Ou seja, o próprio Estado não acredita na Educação de Jovens e Adultos, porque ele já acredita na desistência. E ele não promove, não cria as condições para a permanência desses alunos, inclusive adaptando os horários.

Porque o aluno que trabalha, que está na Educação de Jovens e Adultos, ele tem dificuldade mesmo de chegar no horário. Porque ele pega um trânsito enorme, ele fica preso no trabalho.

Então a escola tem que se adaptar à situação do aluno, e não, o aluno à situação da escola, como determina a LDB. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem um capítulo só sobre a Educação de Jovens e Adultos.

E a LDB trabalha muito, no seu Art. 3º, quando fala dos princípios da Educação nacional, um deles é esse: a escola tem que se adaptar à realidade do aluno, e não o contrário, sobre-tudo nessa área da Educação de Jovens e Adultos. Então essa matéria é muito importante.

Porque ela confirma, ela ilustra exatamente todas as nos-sas denúncias no estado de São Paulo. Espero que o Ministério Público reaja, que o Tribunal de Contas reaja. Porque, o que não falta, nessas duas instituições importantes, são representações que nós fizemos.

Então, agora, com a palavra, o Tribunal de Contas e o próprio Ministério Público, que façam. Porque a matéria é muito forte, e ela traz dados importantes para municiar o Ministério Público.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, posso fazer uma comunicação ou Art. 82? Não sei se está terminando.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Comunicação, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO -Comunicação? Rapidamente, que estou aqui. Sr. Presidente, no dia 26 agora, na sexta-feira, haverá uma grande manifestação,

na Praça da República, dos professores e professoras do Magis-tério estadual contra todos os ataques do governo Tarcísio e da gestão Feder, que está destruindo a Educação estadual em todos os níveis.

Eu falo que nós estamos vivendo o genocídio da Educação, porque nós chegamos no fundo do poço, principalmente agora com esse tiro de misericórdia, que foi o anúncio de que o gover-no vai substituir o professor pela inteligência artificial, pelos robôs. Ai não dá mais, Sr. Presidente.

Então, haverá uma grande manifestação, uma mobilização em todo o estado. A Seduc, com medo, o Renato Feder, com medo da mobilização, começam a tentar sabotar, esvaziar, ameaçar.

Inclusive, Sr. Presidente, tenho aqui um ofício que recebe-mos que foi endereçado às escolas de Itapetininga pela Direto-ria de Ensino de Itapetininga, ameaçando, dizendo aos diretores das escolas para que não deixem a Apeoesp entrar nas escolas para falar de manifestação, de paralização e de greve. Olha só o absurdo, o medo.

Esse é só um exemplo da sabotagem, da tentativa de esva-ziar essa grande manifestação que é organizada pela Apeoesp, pelo sindicato que representa de fato, legalmente, o magistério estadual. Mas tem outras tentativas.

O secretário vai fazer uma live. Recebemos agora a infor-mação de que ele vai organizar uma live na sexta-feira, na hora do almoço, e que muitas diretorias de ensino estão convocando os diretores para uma reunião o dia todo, das oito da manhã às cinco horas da tarde, na sexta-feira. Isso mostra o medo.

Esse secretário não tem mais condições de ficar como secretário da Educação. É dono da Multilaser, só pensa nas pla-taformas para enriquecer empresas que vendem essas platafor-mas milionárias e a sua própria empresa, a Multi, que fornece equipamentos eletrônicos para a Secretaria.

Por isso, estaremos na Praça da República, Sr. Presidente.

Fora, Feder.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, eu peço a suspensão desta sessão até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Havendo acordo de lideranças, então, suspenderemos os nossos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

- Suspensa às 14 horas e 52 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 32 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Reaberta a sessão. Ordem do dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Há sobre a mesa requerimento da nobre deputada Ediane Maria, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar da mesa de autoridades da sessão solene de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras Domésticas, a realizar-se no dia 25 de abril do corrente ano, na Câmara Legis-lativa do Distrito Federal, a ser custeada via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Rafael Saraiva, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar de agenda para tratar de pautas legislativas atinentes à habitação e ao sistema financeiro de habitação em tramitação na Câmara dos Deputados, a realizar-se nos dias 23 e 24 de abril do corren-te ano, em Brasília, sem ônus para este poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1611, de 2023, de autoria da deputada Ediane Maria.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer-rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encon-tram. (Pausa.) Aprovada a urgência.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 45, §5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comis-são de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, às 16 horas e 45 minutos, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1611, de 2023, de autoria da nobre deputada Ediane Maria.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLI-CANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo de lideran-ças, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Havendo acordo de lideranças em plenário, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 17 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 34 minutos.

24 DE ABRIL DE 2024

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

| |
|--|
| <p>Presidência: ANDRÉ DO PRADO</p> |
| <p>RESUMO</p> |
| <p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO</p> <p>Abre a sessão às 17h02min. Coloca em votação o requerimento de método de votação ao PL 1589/23.</p> <p>2 - BARROS MUNHOZ</p> <p>Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 1589/23, em nome da Federação PSDB Cidadania.</p> <p>3 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR</p> <p>Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>4 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO</p> <p>Parabeniza o deputado Paulo Correa Jr em razão de seu aniversário.</p> <p>5 - GIL DINIZ</p> <p>Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 1589/23, em nome do PL.</p> <p>6 - GILMACI SANTOS</p> <p>Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>7 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO</p> <p>Cumprimenta o vereador Devanir Ferreira, de Vila Velha - ES, presente nas galerias. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação ao PL 1589/23.</p> <p>8 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO</p> <p>Solicita verificação de votação.</p> <p>9 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO</p> |

Defero o pedido. Determina que seja feito o processo de verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

10 - CARLOS CEZAR

Para comunicação, faz pronunciamento.

11 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Para comunicação, faz pronunciamento.

12 - PAULO CORREA JR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

13 - MILTON LEITE FILHO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.

14 - VALDOMIRO LOPES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

15 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.

16 - DR. EDUARDO NÓBREGA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.

17 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSOL REDE.

18 - VINICIUS CAMARINHA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSDB Cidadania.

19 - DELEGADO OLIM

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.

20 - ALTAIR MORAES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.

21 - CARLOS CEZAR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.

22 - CARLOS CEZAR

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

23 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Tece esclarecimentos acerca do processo de votação. Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do requerimento de método de votação ao PL 1589/23. Coloca em votação o PL 1589/23, salvo emenda.

24 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do PL 1589/23, salvo emenda, em nome da Federação PSOL REDE.

25 - PAULO MANSUR

Para comunicação, faz pronunciamento.

26 - EMÍDIO DE SOUZA

Para comunicação, faz pronunciamento.

27 - SIMÃO PEDRO

Encaminha a votação do PL 1589/23, salvo emenda, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.

28 - DR. JORGE DO CARMO

Encaminha a votação do PL 1589/23, salvo emenda, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.

29 - MAJOR MECCA

Para comunicação, faz pronunciamento.

30 - EDUARDO SUPLICY

Encaminha a votação do PL 1589/23, salvo emenda, em nome da Minoria.

31 - BETH SAHÃO

Encaminha a votação do PL 1589/23, salvo emenda, em nome da Minoria.

32 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Coloca em votação e declara aprovado o PL 1589/23, salvo emenda.

33 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Solicita verificação de votação.

34 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defero o pedido. Determina que seja feito o processo de verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

35 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.

36 - CARLOS GIANNAZI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSOL REDE.

37 - VALDOMIRO LOPES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

38 - ALTAIR MORAES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.

39 - MILTON LEITE FILHO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.

40 - CARLOS CEZAR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.

41 - BARROS MUNHOZ

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSDB Cidadania.

42 - PAULO CORREA JR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

43 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PL 1589/23,